

Vetos ao Orçamento e criação da Petro-Sal abrem a semana

Proposta que cria estatal para administrar contratos de exploração já chegou ao Senado e deve tramitar com urgência constitucional. Congresso faz sessão à noite para discutir veto que libera repasse para obras sob suspeita

Deve ser lido nesta semana, no Plenário do Senado, o pedido de urgência para tramitação do primeiro dos quatro projetos

do Executivo fixando normas para a exploração das reservas de petróleo do pré-sal. Essa proposta é a que cria uma estatal para gerenciar os contratos de

partilha, a Petro-Sal. As outras três ainda esperam por votação na Câmara dos Deputados. Hoje, às 19h, o Congresso se reúne para apreciar vetos presidenciais

ao Orçamento da União de 2010, entre eles, o que derruba a proibição de repasse de verbas para obras da Petrobras sob suspeita de irregularidades. **3**

Fotos de José Cruz



Aposentados cobram reajuste e fim do fator previdenciário

A sessão de homenagem ao Dia do Aposentado realizada ontem pelo Senado foi marcada por discursos nos quais parlamentares defenderam o fim do fator previdenciário e o reajuste de aposentadorias e pensões na mesma proporção do aplicado ao salário mínimo. Estima-se que os benefícios sofreram perdas de quase 80% de 2004 a 2009. Paulo Paim, que solicitou a sessão, disse que conversará sobre os dois temas com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também participaram da homenagem a senadora Rosalba Ciarlini e os senadores Mão Santa, Papaléo Paes, Augusto Botelho e José Nery, além de representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. **5**

Aposentados e pensionistas lotaram o Plenário do Senado ontem para participar da sessão especial, cuja mesa foi dividida entre senadores e representantes sindicais



Declarações de Lula e FHC mobilizam aliados em Plenário

Valadares repudia avaliação sobre Dilma Rousseff em declarações de Fernando Henrique, enquanto Alvaro Dias lê artigo em que o ex-presidente rebate críticas a seu mandato feitas pelo atual governo. **7**

Senadores debatem amanhã o combate ao trabalho escravo

Levantamento da Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica, indica que 25 mil pessoas são vítimas do trabalho escravo no país. Senado convidou especialistas para discutir o problema. **2**

Lei que indeniza as vítimas da talidomida é sancionada

As pessoas atingidas pelos efeitos do remédio receberão indenização de no mínimo R\$ 50 mil. Valores superiores a esse serão pagos em função da maior incapacidade física provocada pelas lesões. **6**

Papel dos sindicatos e vantagens que filiados podem obter

A adesão a associações sindicais tem sido baixa, mas elas são importantes na defesa dos interesses dos trabalhadores. Veja como os sindicatos funcionam no *Especial Cidadania*. **8**

Evento marca mobilização e atividades do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e reúne senadores e representantes de entidades ligadas aos direitos humanos

Trabalho escravo será tema de debate em Plenário

OS SENADORES VÃO debater amanhã, em Plenário, o problema do trabalho escravo no Brasil. O pedido para o evento é do senador José Nery (PSOL-PA).

Segundo Nery, a solenidade marcará a mobilização e as atividades do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, instituído em 28 de janeiro pela Lei 12.064/09, que também estabeleceu a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. Participam da sessão, de acordo com o senador, representantes de entidades ligadas aos direitos humanos.

Levantamentos feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) indicam que existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas a condições análogas ao trabalho escravo. Esses dados são analisados pelo governo dentro do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – criado em 2002 –, em documento elaborado pela comissão especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Tais indicadores “constituem uma realidade de grave violação aos direitos humanos, que envergonha não somente os brasileiros, mas toda



Pedido para discutir o problema, amanhã, foi feito por José Nery

a comunidade internacional”, diz um trecho do documento.

A característica mais visível de trabalho escravo é a falta de liberdade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca quatro formas mais comuns a que são submetidos os trabalhadores nesta situação: servidão por dívida, retenção de documentos, dificuldade de acesso ao local e presença de guardas armados. Tais características são frequentemente acompanhadas de condições subumanas de vida, de trabalho

e de “absoluto desrespeito à dignidade humana”, observa a OIT.

A entidade tem duas convenções que tratam do assunto, sendo a primeira voltada à eliminação do trabalho forçado ou obrigatório em todas as suas formas. Admitem-se algumas exceções, tais como o serviço militar, o trabalho penitenciário adequadamente supervisionado e o trabalho obrigatório em situações de emergência, como guerras, incêndios e terremotos.

A segunda convenção proíbe todo tipo de trabalho forçado ou obrigatório como meio de coerção ou de educação política. É o caso de castigo por expressão de opiniões políticas ou ideológicas e como medida disciplinar no trabalho.

O Ministério do Trabalho e Emprego divulgou o cadastro dos empregadores autuados devido à prática de trabalho escravo e os respectivos números de trabalhadores libertados. Atualizado este mês, o cadastro – com 161 empregadores – foi instituído pela Portaria 540/04 do ministério.

Desaparecimento de crianças poderá ter investigação imediata

O desaparecimento de crianças poderá ter tratamento diferenciado pela polícia, de acordo com projeto de lei (PLS 285/05) de Pedro Simon (PMDB-RS) incluído na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa. A proposta, modificada pelo relator, Valdir Raupp (PMDB-RO), determina que, assim que a autoridade policial for notificada do desaparecimento de criança e adolescente, deverá dar início às investigações e tomar as primeiras providências. Entre essas, “a comunicação à Polícia Rodoviária, aos portos e aeroportos e às companhias de transportes”.

Simon assinala que, em 1997, a Câmara dos Deputados rejeitou projeto semelhante já aprovado pelo Senado, o que o levou a reapresentar a proposta. Entre as principais causas de desaparecimento listadas pelo senador, estão as fugas de crianças – que geralmente ocorrem com aquelas que vivem em situação de risco, como abandono material, violência doméstica e desentendimentos familiares –, crianças que acabam se perdendo nas ruas das grandes cidades e fugas de pessoas portadoras de deficiência mental.

“São 204 mil pessoas que desaparecem todos os anos no país. Um número que não pode



Projeto apresentado por Pedro Simon foi incluído na pauta da CCJ

deixar de ser observado. Desse modo, é de extrema importância que se mobilizem as autoridades competentes, no controle e na busca de desaparecidos, tão logo se verifique o desaparecimento, a fim de minimizar os casos que se tornam insolúveis em razão da demora em agir”, observa Simon.

Projeto eleva pena por uso de celular em presídio

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) tem 29 itens na pauta da reunião de amanhã, com destaque para o projeto (PLS 6/08) que altera o Código Penal para aumentar em um terço a pena dos detentos flagrados com telefones celulares dentro de estabelecimentos prisionais.

A proposta, do senador Romeu Tuma (PTB-SP), ainda precisa ser votada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator na CCT, Gerson Camata (PMDB-ES), apresentou emenda para incluir no Código Penal um novo tipo de crime: “utilizar, guardar, trazer consigo ou fornecer, sem autorização, dentro de



CCT deve examinar na reunião de amanhã o projeto de Romeu Tuma

estabelecimento penal, aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, com o fim de planejar ou cometer delitos”. A

pena prevista é reclusão de dois a cinco anos, mas, se o crime for cometido por funcionário público (por exemplo, um agente penitenciário), a pena deve ser aumentada em um terço.

A CCT também deverá discutir o PLS 81/05, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que torna crime a divulgação, nos meios de comunicação, de prova de paternidade de alguém que, em princípio, se recusava a assumi-la. Para Crivella, essa divulgação irá marcar, para sempre, a criança ou o adolescente, quando tomar conhecimento de como seu pai foi publicamente designado. O projeto também deverá receber decisão terminativa na CCJ.

CPI do MST reúne-se amanhã para votação de requerimentos

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) criada para apurar irregularidades em convênios entre a União e entidades de reforma agrária – a chamada CPI do MST – reúne-se amanhã, às 14h, para votar diversos requerimentos de quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de organizações ligadas ao setor.

Instalada em 9 de dezembro de 2009, a comissão é presidida pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE) e tem como vice-

presidente o deputado federal Onyx Lorenzoni (DEM-RS). O relator é o deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), que já apresentou um plano de trabalho da comissão, aprovado no dia 16 do mesmo mês.

Criada por requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) aprovado em outubro de 2009 pelo Congresso Nacional, a CPI do MST conta com 17 senadores titulares e 17 suplentes, 17 deputados titulares e igual número de suplentes.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta trancada por medidas provisórias

Às 14h, começa a sessão plenária. A pauta está trancada por duas medidas provisórias e pelo projeto que dispõe sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, que tramita em caráter de urgência constitucional.

Sarney recebe embaixador dos Estados Unidos

O presidente do Senado, José Sarney, recebe o embaixador dos Estados Unidos, Thomas Shannon, às 10h45, na sala de audiências; às 14h, participa de solenidade da Primeira Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo; e, às 16h, dirige a ordem do dia. Às 19h, no Plenário da Câmara, preside sessão do Congresso Nacional para análise de vetos presidenciais.

Votação de vetos pelo Congresso

Reunião do Congresso Nacional, às 19h, destinada à leitura de mensagens presidenciais e apreciação de vetos.

CRA debate Estatuto do Produtor Rural

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza um debate sobre o projeto do Estatuto do Produtor Rural. O objetivo do encontro é analisar questões relacionadas ao direito de propriedade. Participam da audiência pública o jurista Ives Gandra Martins; o coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, Roberto Rodrigues; o professor da Universidade Federal do Paraná Luiz Edson Fachin, entre outros.

Reformulação da segurança pública em discussão

Às 18h, a Subcomissão de Segurança Pública realiza debate sobre a reestruturação do setor, com a participação do secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri, e de representantes das associações dos delegados da Polícia Federal e dos agentes da Polícia Civil do DF, Sandro Torres Avelar e Alexandre Sarmento.

CMA vota proposta que protege direito dos consumidores

Para analisar 11 itens, entre eles projeto obrigando os postos de combustíveis a disponibilizarem aos consumidores, em local visível, informações detalhadas e atualizadas sobre a composição dos preços de venda praticados, a Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se hoje, às 11h30.

Veto a taxa de saneamento na pauta da CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, entre outros itens, projeto de lei que proíbe cobrança de taxas relacionadas ao saneamento básico enquanto os serviços não estiverem sendo efetivamente prestados. A CAE vota também dois pedidos do governo federal de empréstimo para o Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur Nacional) e para o Programa de Requalificação Urbana com Inclusão Social (Preurbis).

Deve ser lida nesta semana mensagem presidencial pedindo tramitação rápida da proposta que cria estatal para gerenciar contratos de partilha

Projeto da Petro-Sal terá regime de urgência

O SENADO JÁ recebeu, e deve ser lida nesta semana, a mensagem presidencial pedindo regime de urgência constitucional para acelerar a tramitação do primeiro dos chamados “projetos do pré-sal”. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 309/09 é o único dos quatro projetos que já chegaram ao Senado; os outros três ainda tramitam na Câmara dos Deputados.

À medida que as outras propostas cheguem ao Senado, cada uma terá seu próprio regime de urgência. Negociações políticas, porém, podem levar o governo a retirar o pedido, como aconteceu no final do ano passado, na Câmara.

O PLC 309/09 autoriza o Executivo a criar a Petro-Sal – Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A., que será destinada a gerenciar os contratos de partilha da exploração e da comercialização do petróleo e do gás a serem

extraídos da camada de pré-sal da área marítima brasileira. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde é relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Depois, ainda será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infraestrutura (CI).

O texto, o primeiro dos quatro enviados pelo governo ao Congresso em função das descobertas do pré-sal, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 18 de novembro do ano passado e chegou ao Senado no final do mesmo mês.

As propostas estabelecem que o petróleo da camada pré-sal será explorado pelo sistema de partilha entre as companhias petrolíferas e a União, e não pelo sistema vigente de concessão. O governo entende que, dados os altos índices de sucesso na perfuração do pré-sal, a produção deve ser dividida com a União.

Pelo sistema de concessão, as empresas petrolíferas pagam para procurar petróleo em áreas licitadas e, caso tenham sucesso, fazem pagamentos de tributos, *royalties* e “participação especial” sobre a produção.

Ligada ao Ministério de Minas e Energia, a Petro-Sal será a representante da União na produção por partilha e na venda do petróleo dessas novas áreas. A ideia do governo é que a empresa tenha pouco mais de 100 funcionários, mas o projeto não define o seu número. Terá um conselho de administração e cinco diretores, todos nomeados pelo presidente da República. Durante a discussão do projeto na Câmara, deputados da oposição tentaram, sem sucesso, incluir no projeto um artigo exigindo que os nomes fossem aprovados pelos senadores.

Urgência

A Constituição dá ao presi-

Política definida		
Governo enviou ao Congresso quatro projetos sobre o pré-sal, mas apenas o primeiro deles já chegou ao Senado		
Projeto	Assunto	Tramitação
PLC 309/09 PL 5.939/09, na Câmara	Prevê a criação da Petro-Sal , que representará a União nos consórcios e na gestão dos contratos de partilha.	Senado
PL 2.502/07	Define que a região será explorada por contrato de partilha do petróleo entre a empresa e a União.	Câmara
PL 5.417/09	Cria o Fundo Social , para destinar recursos ao combate à pobreza, à educação, à cultura, à inovação científica e tecnológica e ao meio ambiente.	Câmara
PL 5.941/09	Prevê o financiamento da Petrobras para a realização dos investimentos no pré-sal, com possível aumento da participação da União no capital da estatal.	Câmara

dente da República a prerrogativa de pedir que determinado projeto do Executivo tramite em regime de urgência, dando à Câmara e ao Senado prazo máximo de 45 dias, cada um,

para votarem a matéria. Se o prazo for desrespeitado, a matéria entra automaticamente no topo da ordem do dia da respectiva Casa, trancando a pauta.

Veto sobre Petrobras é polêmica na sessão que o Congresso realiza hoje

O Congresso Nacional realiza sessão às 19h para analisar vetos presidenciais, incluindo aqueles sobre o Orçamento deste ano. A reunião de senadores e deputados, no Plenário da Câmara, foi convocada pelo presidente do Senado, José Sarney.

A principal controvérsia gira em torno do veto do presidente Lula ao anexo da Lei Orçamentária deste ano. O ato do governo permitiu que quatro obras da Petrobras com irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) pudessem receber recursos públicos.

Diante da decisão dos partidos de oposição de obstruir as votações no Senado até que o veto fosse apreciado, os governistas concordaram em realizar a sessão conjunta do Congresso.

O presidente da República também vetou dispositivo do Orçamento que obrigava os órgãos públicos a detalhar os gastos com a criação de cargos comissionados. Segundo a jus-



Entre as obras da estatal que apresentam irregularidades graves, segundo o TCU, está a da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco

tificação oficial, não há necessidade de fazer o detalhamento, porque os novos cargos não representariam acréscimo nos

gastos públicos. Nos últimos dois anos, o Congresso realizou apenas quatro sessões para analisar vetos,

totais ou parciais, do presidente Lula a projetos de lei aprovados pelo Legislativo. E, quando realizou votações, nenhum veto

foi derrubado. A última vez que o Congresso rejeitou vetos do presidente foi em 2005, para garantir reajustes a servidores da Câmara e do Senado.

Debate

As irregularidades apontadas, pelo TCU, em quatro obras da Petrobras poderão ser discutidas em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O colegiado deve votar hoje requerimento de Renato Casagrande (PSB-ES) propondo o debate com a presença do ministro da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage; do presidente do TCU, ministro Ubiratan Aguiar; e do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Almeida Lima (PMDB-SE).

Renato Casagrande argumenta que é necessário estabelecer “o debate institucional, com a oportunidade equitativa de manifestação das altas partes envolvidas”.

Mozarildo quer investigar fraude em RR



Mozarildo pedirá que TCU e MPF examinem licitação de obras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que vai pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público Federal (MPF) que investiguem denúncia de fraude na licitação de duas obras de energia elétrica em Roraima. Ele disse que o tribunal de contas do estado detectou irregularidades e determinou que fosse suspensa a licitação para as obras de recuperação da hidrelétrica de Jatapu e da linha que liga as cidades de Boa Vista e Caracarái.

Mozarildo explicou que o BNDES está financiando R\$ 114 milhões ao governo estadual, que repassará o dinheiro à Companhia Energética de Roraima para a execução das duas obras.

Segundo ele, o TCU e o MPF têm que investigar a denúncia porque se trata de repasse de dinheiro federal.

De acordo com o senador, nos últimos anos as contas públicas de Roraima vêm apresentando descontrol, o que é muito preocupante, pois o governador Ottomar Pinto, que morreu em dezembro de 2006, teria deixado o estado “em situação equilibrada”. Depois que assumiu o atual governador, José de Anchieta, continuou Mozarildo, os salários do funcionalismo passaram a sofrer atrasos.

Papaléo: governo incentiva corrupção



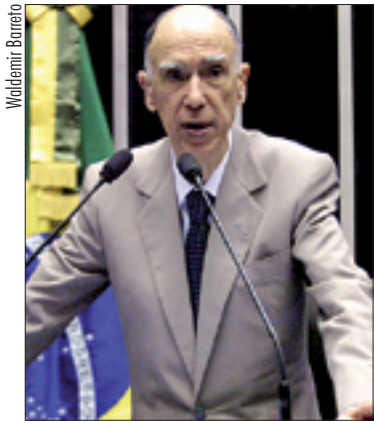
Para Papaléo, veto é um incentivo ao desvio de recursos públicos

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou o governo por vetar artigos da lei orçamentária com o objetivo de contornar a proibição de repasse de verbas para obras incluídas na lista do Tribunal de Contas da União (TCU) por apresentarem indícios de irregularidades. Para o senador, essa atitude dá “sinal verde para a corrupção”.

Na tribuna, ontem, o senador disse que o governo, “em vez de dar graças a Deus” por ter à disposição um aliado do nível do TCU, “joga as recomendações do tribunal no lixo”, sob o argumento de que as obras terão continuidade independentemente dos problemas constatados.

– É a mesma coisa de dizer aos corruptos que eles não têm o que temer – afirmou Papaléo.

O parlamentar lembrou que as irregularidades constatadas foram tão graves que o tribunal recomendou a paralisação das obras. Citou reportagem publicada mês passado pela revista *Veja* segundo a qual, considerando-se apenas 15 das milhares de obras em execução pelo governo federal, foram constatados sobrepreços que chegam a R\$ 1,35 bilhão. O valor global dessas 15 obras soma R\$ 7,65 bilhões.



Marco Maciel pede aprovação de comissão para organizar bicentenário

Programação para os 200 anos da Independência

O senador Marco Maciel (DEM-PE) pediu à Câmara dos Deputados que aprove o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 24/04, de sua autoria, pedindo a criação de uma comissão do Congresso Nacional que irá organizar as celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, a ser comemorado em 2022.

Com a aprovação do projeto, disse Marco Maciel, a comissão terá tempo de organizar uma programação que não seja apenas festiva, mas um "exercício de pedagogia histórica", ao favorecer uma reflexão sobre a evolução do país nesses últimos 200 anos. O PRS foi aprovado pelo Senado no ano passado.

– Espero em breve espaço de tempo [a aprovação], para começarmos a preparar uma série de eventos que deverão ser realizados para que o bicentenário não passe despercebido pelo povo.

Marco Maciel lamentou ainda que o Brasil não cultive o hábito de trabalhar com antecedência em eventos dessa natureza, diferentemente do que ocorre em outros países, a exemplo dos Estados Unidos, "que fizeram grandes celebrações quando comemoraram 200 anos de existência".

O senador citou ainda alguns episódios da história brasileira que, segundo ele, "não tiveram a repercussão que deveriam ter", como os 500 anos do Descobrimento, comemorados em 2000, e os 200 anos da transferência da corte de Lisboa para o Brasil, celebrados em 2008.

Reflexão

A comissão do bicentenário da Independência, disse Marco Maciel, terá ainda o papel de "refletir sobre um passado que venha a iluminar o futuro, para que possamos, revisitando nossa história, fazermos uma avaliação daquilo que constitui fatores positivos de nosso processo de integração nacional, ao mesmo tempo criando condições para que possamos corrigir os rumos quanto ao futuro".

O senador José Nery (PSOL-PA) manifestou apoio à iniciativa de Marco Maciel, lamentando, porém, a ocorrência ainda hoje de trabalhadores mantidos em regime semelhante à escravidão, 122 anos após a sua abolição.

Cidades com até 25 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficariam dispensadas de injetar recursos próprios em projetos de habitação e saneamento básico. Proposta será votada amanhã na reunião da CDR

Projeto facilita acesso de municípios pequenos aos projetos sociais federais

PARA EXPANDIR PROJETOS federais de habitação e saneamento básico, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) analisa amanhã proposta que visa reduzir (e até dispensar) a exigência de participação, no pagamento dessas obras, aos municípios com menos de 25 mil habitantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A proposta (PLS 331/06), da ex-senadora Roseana Sarney, modifica o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01) e a Lei 11.445/07, que fixa diretrizes para a Política Nacional de Saneamento. O texto, que terá votação terminativa na comissão, também prevê a possibilidade de redução das contrapartidas para municípios que tenham indicadores de desenvolvimento econômico e social abaixo da média nacional.

A relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), argumenta que os municípios mais pobres das regiões mais carentes não podem ser obrigados a contribuir com recursos de que não dispõem.

Segundo Serys, esses municípios são justamente aqueles que



Construção de casas populares: para Serys Slhessarenko (detalhe), tratamento menos exigente é "plenamente justificável"

mais necessitam de programas de saneamento básico e de construção de habitações de interesse social, sendo, portanto, "plenamente justificável que desfrutem de tratamento menos exigente em relação ao aporte de contrapartidas financeiras aos programas federais".

Zona de exportação

A CDR deve votar também

projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a zona de processamento de exportação de Sorriso (MT). Outra proposta, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), dispensa turistas estrangeiros de visto para visitar a Amazônia e o Pantanal. A comissão também analisa proposta de Flávio Arns (PT-PR) para isentar de impostos a compra de cadeira de rodas por portadores de deficiência física.



Genaldo Magalhães

Proposta exige estudos rigorosos para as construções em encostas

Com o objetivo de evitar tragédias como a ocorrida no início do ano na cidade fluminense de Angra dos Reis, onde dezenas de pessoas morreram após deslizamentos de terra, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou projeto de lei que exige a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos antes da construção de qualquer edificação em áreas de encosta.

Ao defender sua proposta (PLS 4/10), que altera dispositivos do Estatuto da Cidade, o senador observa que tragédias como a de Angra dos Reis são provocadas por fatores como

excesso de chuvas, ocupação desordenada do solo urbano e falta de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos apropriados.

Citando avaliação de um especialista, ressalta ainda que há, no Brasil, uma histórica falta de monitoramento e manutenção das encostas por parte do poder público.

O projeto começou a tramitar quarta-feira na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Depois, o texto será examinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde receberá decisão terminativa.

Nery: queda no desmatamento foi resposta a movimentos sociais

José Nery (PSOL-PA) afirmou ontem que as ações do Ministério do Meio Ambiente que resultaram na redução do desmatamento na Amazônia foram uma resposta direta à crescente cobrança dos movimentos sociais da região e de membros do Ministério Público Federal.

Conforme lembrou, a diminuição do desmatamento, comemorada pelo governo e pela imprensa, ficou em 70% entre outubro e novembro de 2009, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Nery salientou, entretanto, que o fato de ter havido a redução no desmatamento não

deve ser motivo de euforia. Ele disse que seu estado, o Pará, continuou sendo o líder de devastação na região Norte, respondendo por 40 quilômetros quadrados, segundo dados divulgados por aquele ministério. Acrescentou que também é preocupante o fato de que, entre os dez municípios mais devastados da região, cinco se localizam em território paraense.

Em aparte, Marco Maciel (DEM-PE) disse que o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da ONU, não promoveu avanços, pois, ao contrário, provocou pessimismo e frustrou expectativas.

CCJ discute criação de fundo para ajudar clubes de futebol

O governo poderá ser autorizado a criar o Fundo de Apoio à Reestruturação Financeira dos Clubes de Futebol. É o que prevê projeto (PLS 57/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), um dos 50 itens que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina amanhã, às 10h.

O relator, senador Wellington Salgado (PMDB-MG), é favorável à aprovação do texto, que ainda será votado na Comissão de Assuntos Econômicos e, depois em caráter terminativo, pela de Educação, Cultura e Esporte.

Conforme o projeto de Alvaro Dias, o fundo contará com 10% das verbas adquiridas



Wellington Salgado, relator na CCJ, defende a aprovação do projeto

pelos clubes nas transações de atletas com clubes do exterior, 10% da arrecadação das bilheterias nos jogos e 10% do valor arrecadado pelas empresas que exploram publicidade estática nos estádios.

José Cruz

Futuro motorista pode ser obrigado a fazer aulas noturnas

A CCJ pode votar projeto prevendo que parte das aulas para a obtenção da carteira de habilitação deverá ser feita durante a noite, em quantidade mínima a ser fixada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

Apresentado pelo deputado Celso Russomanno (PP-SP), o PLC 113/09 define que a aprendizagem noturna só poderá ocorrer em horários e locais definidos pelo Detran e com o aprendiz acompanhado por instrutor.

Citado no relatório elaborado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), Russomanno argumenta que a responsabilidade pela maioria dos

acidentes de trânsito cabe ao condutor e que são secundárias as causas relacionadas às condições da via ou do veículo. Por isso, defende o aperfeiçoamento do processo de formação do motorista, que, para ele, deverá ter experiência prévia nas mais diversas situações que compõem a rotina do automobilismo, entre as quais, o trânsito noturno.

Raupp apresentou voto pela aprovação do projeto. Em sua análise, afirma que "o candidato precisa ser preparado para enfrentar todas as adversidades do trânsito, a fim de que não tenha que aprender com os próprios erros quando já estiver habilitado".

Extinção do fator previdenciário e recomposição dos benefícios são defendidos durante sessão comemorativa do Dia Nacional do Aposentado



No Plenário, inativos e dirigentes de associações da categoria exibem cartazes em que reivindicam a imediata decisão sobre projeto que melhora os proventos

Senadores cobram a votação de propostas que beneficiam aposentados e pensionistas

O FIM DO fator previdenciário e a recomposição dos proventos das aposentadorias e pensões foram defendidos ontem por vários senadores, durante sessão especial do Senado em comemoração do Dia Nacional do Aposentado. Autor do requerimento de homenagem, o senador Paulo Paim (PT-RS) pediu à Câmara dos Deputados que aprove ainda este ano as duas propostas de sua iniciativa que viabilizam aquelas medidas.

Criado em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, o fator previdenciário – que o PL 3.299/08 procura extinguir – impõe uma redução no cálculo das aposentadorias e pensões.

A outra proposta (PL 4.434/08) estende aos valores desses benefícios, segundo emenda apresentada pelo parlamentar, a aplicação dos índices de reajuste previstos na política de recomposição do salário mínimo. Ambas as matérias já foram aprovadas pelos senadores.

Ao final da sessão especial, Paulo Paim anunciou que irá se reunir com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar das duas proposições. Ele também dirigiu um apelo ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para que coloque os projetos logo em votação.

Vitória

No entender do senador Mão Santa (PSC-PI), que presidiu parte da sessão, a aposentadoria constitui uma grande vitória na vida do cidadão. A seu ver, aposentar-se representa um novo período da vida, calcado na sabedoria e na experiência. Ele voltou a pedir ao governo federal que pague aos aposen-



Observado por Paulo Paim (2º à esq.), que propôs a homenagem, Mão Santa defende restituição de direitos aos inativos

tados e pensionistas melhores salários.

Papaléo Paes (PSDB-AP) também conclamou o Congresso Nacional a aprovar projetos que beneficiam aposentados e pensionistas, com destaque para o fim do fator previdenciário. O parlamentar lamentou que a Câmara dos Deputados continue adiando a aprovação dessas matérias.

Augusto Botelho (PT-RR) disse que aposentados e pensionistas não tinham muito a comemorar. Ele lembrou, entretanto, que o atual governo vem elevando o nível do salário mínimo, beneficiando milhões de brasileiros.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que aposentados e pensionistas não estão pedindo nenhuma esmola ao governo, mas apenas defendendo direi-

tos, entre eles, o de receber os mesmos valores que recebiam no ato da aposentadoria. No mesmo sentido, o senador José Nery (PSOL-PA) defendeu que os aposentados e pensionistas vivam com dignidade.

Também ocuparam a tribuna líderes da categoria, entre eles, Warley Gonçalves, presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), e José Calixto Ramos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

O Dia Nacional do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro, foi instituído em 1981. Estimativa da Cobap dá conta de que a perda acumulada das aposentadorias e pensões, no período entre 2004 e 2009, é de 78,84%.

Programas sociais

Em discurso que fez à tarde, Paim afirmou que a sessão especial foi “a mais concorrida em matéria de presença dos interessados”.

Para o senador, os aposentados estiveram no Congresso Nacional para demonstrar que “o presidente Lula está fazendo um grande governo”. O senador citou alguns dos programas sociais da atual administração e sua repercussão na melhora dos índices que afetam a vida dos aposentados.

Paim defendeu a ideia da consolidação das leis sociais e pediu que haja, nesse pacote, uma política permanente de recuperação dos benefícios dos aposentados e pensionistas e mudanças profundas no fator previdenciário.

Aposentados que trabalham podem ter isenção

Aposentados que voltarem a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral da Previdência Social poderão ficar isentos da contribuição previdenciária.

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) apresentou proposta com esse objetivo, que poderá ser votada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) amanhã, em decisão terminativa.

O projeto (PLS 56/09) recebeu emenda do relator, Paulo Duque (PMDB-RJ), para estender o benefício aos servidores públicos aposentados que sejam filiados a regime próprio. A proposta atende aos interesses de servidores aposentados que foram autorizados a permanecer no serviço quando admitidos por concurso público ou outra forma constitucionalmente permitida. Por lei vigente desde 1995, “esse trabalhador é, legalmente, ‘segurado’ obrigatório, sujeito à contribuição integral, embora não faça jus a prestação alguma da Previdência Social, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional”.

Outra emenda do relator estabelece que os valores recolhidos indevidamente desde 1995 sejam devolvidos aos aposentados em parcela única, na forma de pecúlio.

Profissões

Constam ainda da pauta da CAS projetos de lei que regulamentam as profissões de gastrólogo, historiador e pedagogo e receberão decisão terminativa na comissão.

O PLS 425/03, do então senador Leonel Pavan, regulamenta a atividade de gastrólogo, criando os conselhos federal e regionais de Gastronomia. O relator, José Nery (PSOL-PA), apresentou parecer pela aprovação, mas com texto alternativo que não prevê a criação dos conselhos. O relator justifica que a medida é de competência do Poder Executivo.

A regulamentação da profissão de historiador é objeto do PLS 368/09, de Paulo Paim (PT-RS). Já o PLC 196/09, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), regulamenta o ofício de pedagogo. Essas duas propostas já receberam parecer pela aprovação do seu relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).



Paulo Duque propõe que Previdência devolva valores cobrados

Adelmir defende a adoção do ensino integral

O senador Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu ontem, em discurso, a educação em tempo integral no ensino fundamental e o empreendedorismo como vetores para o desenvolvimento do país. Adelmir lembrou três propostas de emenda constitucional (PECs) em tramitação no Congresso que preveem melhorias no ensino fundamental.

A PEC 317/08, que estabelece a jornada de tempo integral no ensino fundamental, já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Agora, será submetida a uma comissão especial e depois vai a Plenário, onde precisa receber, pelo menos, 308 votos favoráveis (três quintos do total) em dois turnos.

A proposta tramita com a PEC 134/07, que prevê punição ao agente público responsável pela garantia da educação básica, em caso de criança e adolescente fora de escola, e o atendimento integral nas escolas públicas.

A terceira proposta citada por Adelmir Santana (PEC 74/05) é do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e vincula a garantia de padrão de qualidade da educação básica, já prevista na Constituição, à oferta obrigatória da jornada integral. Adelmir é o relator da proposta na CCJ e quer apresentar quatro emendas.

Sobre empreendedorismo, o senador destacou uma das alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Em vigor desde julho de 2009, a lei criou a figura do empreendedor individual, que passou a ter direito a auxílio-doença, pensão e todos os benefícios da Previdência Social.

Adelmir Santana também citou artigo publicado no domingo pela *Folha de S. Paulo* em que o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, critica a falta de estrutura em diversos setores do país.



Senador pelo DF também propõe maior apoio ao empreendedorismo

Vítimas da droga terão direito a, no mínimo, R\$ 50 mil a título de indenização por dano moral. Valores superiores serão definidos pelo grau de dependência

Lei determina indenização para vítimas da talidomida



AS VÍTIMAS DO medicamento talidomida ganharam direito a indenização por danos morais de,

no mínimo, R\$ 50 mil. Com a sanção da Lei 12.190/09, esse valor aumentará à medida que a incapacidade resultante da deficiência física for maior, não incidindo imposto sobre renda e proventos. O beneficiado pode optar por pensão, mas essa não será cumulativa com a indenização ou outro rendimento.

A talidomida é um medicamento que foi desenvolvido pela Alemanha Oriental, na década de 1950, passando a ser vendido em diversos países como sedativo, sem receita médica. Pelo fato de atenuar enjoos, foi usado por mulheres grávidas. No entanto, pesquisas ligaram o uso da droga ao grande número de bebês que estavam nascendo com focomelia – o encurtamento ou a ausência de pernas e braços –, problemas de audição e visão.

Em 1961, vários países retiraram a droga de circulação, o que só ocorreu no Brasil quatro anos depois. Porém, em 1965, o país voltou a utilizá-la.

Desde 1997, a substância passou a ser restringida no caso das mulheres em idade fértil e só pode ser usada em determinadas formas de hanseníase e outras enfermidades, como a doença de Crohn. Mesmo assim, o país já registrou nascimentos de crianças com a síndrome desde então.

De acordo com a legislação, que nasceu de proposta do senador Tião Viana (PT-AC), a indenização sairá do Orçamento da União e será automática, não exigindo requisição.

A Associação Brasileira de Portadores da Síndrome da Talidomida estima em 650 o número de vítimas do medicamento no Brasil. Apesar de provocar malformação de fetos, a talidomida ainda é usada como sedativo no tratamento de hanseníase, lúpus, câncer e aids.



Portadores da síndrome da talidomida – cerca de 650 no país – acompanharam a votação do projeto de Tião Viana (ao lado) na CCJ, em 2008. Há mais de 40 anos comprovou-se que a droga provoca deformações

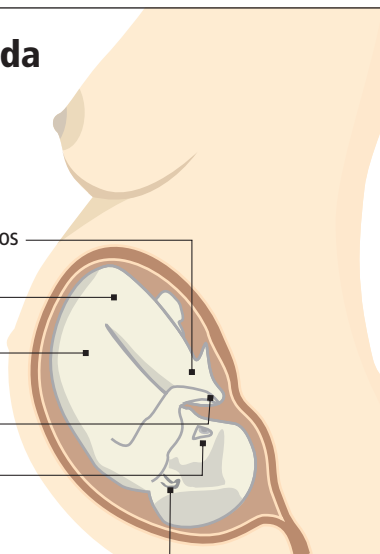


Geraldo Magela

Efeitos da talidomida

Veja quais efeitos colaterais a droga causa ao feto quando consumida durante a gravidez

- Ausência ou hipoplasia de membros
- Defeitos no fêmur e tibia
- Malformações no coração, intestinos, útero e vesícula biliar
- Polegar com três juntas
- Defeitos nos músculos dos olhos e da face
- Ausência de aurículas e surdez



Fonte: The Thalidomide Society



Augusto elogia atuação do Ministério Público na defesa dos cidadãos

Augusto Botelho destaca 18 anos do MP de Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) saudou ontem os 18 anos de implantação do Ministério Público de Roraima, que se completam no dia 26 de fevereiro.

Ele destacou em Plenário a instituição que “tanto contribui” para o crescimento do estado e elogiou o Ministério Público como “um importante defensor dos direitos dos cidadãos”. O parlamentar salientou também a desenvoltura com que o MP tem atuado em áreas diversas, como o meio ambiente, a defesa do patrimônio público e o direito à vida, à saúde e à educação.

Cassol elogia escolha de novo arcebispo de Belém

O senador Sadi Cassol (PT-TO) elogiou, em discurso, o novo arcebispo de Belém, dom Alberto Taveira Corrêa. Nos últimos 14 anos, ele foi arcebispo de Palmas, onde “fez um excelente trabalho, em silêncio, com humildade e com competência”. Lembrou que, quando chegou a Palmas, capital em construção do Tocantins, dom Alberto encontrou “apenas um padre e nenhuma igreja”.

– Hoje, Palmas já tem mais de 20 paróquias e mais de 50 padres, além de seminários. Em nome da sociedade de Palmas, agradeço por tudo que ele fez no Tocantins – disse.



Sadi Cassol lembra bom trabalho de dom Alberto na cidade de Palmas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Mozarildo Cavalcanti • Sadi Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
 Edição: Nelson Oliveira e Silvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editores: Edson de Almeida, Flávio Faria, Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
 Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Raupp elogia desempenho do BNDES

Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou ontem, da tribuna, a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao disponibilizar linhas de crédito específicas para micro e pequenas empresas. O senador disse que a ampla oferta de crédito em condições satisfatórias foi fator determinante para que os empreendimentos de menor porte superassem as dificuldades da crise econômica de 2008.

– O BNDES, ao comprometer-se, na última década e meia, com o apoio sistemático às micro e pequenas empresas, buscou ampliar o leque de empreendimentos a serem atendidos. Privilegiando o foco em sua sustentabilidade econômica, preocupa-se não só com a garantia de pagamento, mas com o retorno concedido à sociedade na forma de geração durável de renda e emprego – avaliou.

Desembolsos

Raupp salientou que o BNDES saltou de 86 mil operações de crédito em 2007 para 122 mil em 2008 e em 2009, o que representa um aumento de 23% nos desembolsos para micro e pequenas empresas, totalizando R\$ 16,5 bilhões.

Além disso, o parlamentar ressaltou que a instituição financeira tem se preocupado em contribuir para atenuar as desigualdades regionais, concedendo financiamentos para o Norte e o Nordeste proporcionalmente superiores às respectivas participações no produto interno bruto (PIB) nacional.

– Exortamos, assim, os micro e pequenos empresários de Rondônia e dos demais estados do Norte a analisarem com atenção as opções de crédito e financiamento oferecidas pelo banco.



Raupp: “Banco ajuda a atenuar as desigualdades regionais”

O presidente Lula e seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, motivam críticas e apoios: senadores comparam os dois governos sob a perspectiva da campanha para as eleições gerais que ocorrerão em outubro deste ano



Em “Sem medo do passado”, FHC contestou declarações do presidente Lula



Lula declarou ter recebido governo estagnado e sem plano de desenvolvimento

Senadores repercutem em Plenário comentários de FHC sobre governo Lula

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) classificou como “falta de respeito” comparação do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso segundo a qual a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, é “um boneco” e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu ventríloquo.

– Talvez levado pela emoção de uma prévia eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso perdeu as estribeiras, saiu do normal. Ficou num determinado instante sem a tranquilidade que sempre transpareceu ao longo da sua carreira política, principalmente respeitando os seus adversários – criticou.

O senador disse que não esperava tal comportamento de Fernando Henrique e levantou a hipótese de o ex-presidente ter feito essa “agressão intempestiva” a uma adversária política por não querer comparar o seu governo com o atual.

– O fato de o presidente Lula ou a ministra Dilma ou qualquer um de nós estabelecer comparativos entre o governo passado e o atual



Para Valadares, FHC exorbitou. Sem manipulação, diz Alvaro Dias, “briga vai ser boa”

não significa nenhum desdouro. Antes pelo contrário: quando fazemos um comparativo, estamos também ajudando o adversário naquilo que atacamos como erro cometido no passado – afirmou Valadares.

Um exemplo de um suposto erro cometido pelo governo Fernando Henrique foi o de ter incentivado a aprovação da reeleição. Para o senador, foi equivocada a atitude de FHC de empunhar a bandeira de sua própria recondução ao mandato e, para obter êxito na



empreitada, utilizar “todos os meios possíveis e imagináveis”.

Artigo de FHC

Alvaro Dias (PSDB-PR), por sua vez, leu em Plenário artigo de FHC – “Sem medo do passado” –, no qual o ex-presidente ressalta seus feitos na esfera econômica e na luta contra a desigualdade social no país. O artigo foi escrito em resposta a críticas que vêm sendo feitas ao seu governo pelo presidente Lula e por membros de sua equipe. Há cerca de três semanas,

por exemplo, Lula disse que “recebeu um governo estagnado, sem plano de desenvolvimento”.

Para o senador, FHC “plantou os alicerces básicos para a construção de um novo país”. No texto, o ex-presidente procura desconstruir aquele que, a seu ver, será o principal mote da campanha petista nas eleições deste ano: a privatização das estatais e a suposta inação na área social nos dois mandatos do PSDB.

“Esqueceu-se dos investimentos do programa Avança Brasil, que, com menos alarde e mais eficiência que o PAC, permitiu concluir um número maior de obras essenciais ao país”, afirma FHC, citando ainda a estabilização da economia com o Plano Real.

– Não se compara com desonestidade ou manipulação das informações. Se o debate se estabelecer com o respeito à verdade, a briga é boa. Nada tem o PSDB a temer em relação ao passado – disse Alvaro Dias, com o apoio de Marco Maciel (DEM-PE), Mão Santa (PSC-PI) e Adelmir Santana (DEM-DF).



Mão Santa afirma que se arrepende de ter votado em candidatos do PT

Mão Santa cobra promessas de obras feitas por Lula e Wellington Dias

O senador Mão Santa (PSC-PI) cobrou ontem as promessas feitas pelo presidente Lula e pelo governador do Piauí, Wellington Dias, de execução de obras. Ele encaminhou uma lista de reivindicações ao líder do PT para ser entregue ao presidente Lula. Mão Santa disse que “Lula não tem culpa, mas faltou visão ao governador” sobre a situação em que se encontra o estado.

– Ele [Lula] foi lá muitas vezes, se esforçou, mandou muito dinheiro pelo que se vê nos jornais – disse o senador, lamentando que não apareçam resultados da aplicação desses recursos, como prova, segundo diz, a queda de todos os índices sociais do estado.

Mão Santa lembrou que ele próprio votou no PT – tanto em Lula para a Presidência da República, quanto em Wellington Dias para o governo do

Piauí –, dizendo que já pediu perdão ao povo do seu estado e do resto do país.

– Cheguei até a rezar e ensinar que três coisas a gente só faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT – disse o senador, acrescentando que “democracia é isso mesmo: crença e descrença, esperança e desespero”.

Apesar disso, Mão Santa afirmou esperar que, em seu último ano de governo, Lula possa atender aos sonhos dos piauienses. A primeira obra que o senador espera ver concluída é a do Porto de Luís Correia, lembrando que a obra foi “iniciada pelo presidente Epitácio Pessoa há quase 100 anos”.

Ele também sugeriu a construção de um terminal de petróleo em Paracuru, no Ceará, para evitar que o petróleo saia de Fortaleza, vá para Teresina e só então retorne para Parnaíba (PI).



Heráclito está convicto de que tribunal de contas encontrará irregularidades

Heráclito pede investigação de caravanas do PT no Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) voltou a pedir ontem, em discurso, investigação sobre o suposto uso de recursos públicos para o aluguel de carros utilizados em caravanas do Partido dos Trabalhadores (PT) no Piauí.

Heráclito informou que vai solicitar ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí um levantamento sobre o aluguel de carros em locadoras de veículos para as caravanas em comemoração aos 30 anos do PT.

– E não adianta eles estrebucharem, porque

algumas dessas carreatas foram fotografadas, as placas estão aí e mostram. Há denúncias, inclusive, de que algumas dessas placas foram trocadas e são placas frias para dificultar a apuração dos fatos – disse o senador da oposição.

Heráclito também anunciou que pedirá ao Departamento de Aviação Civil (DAC) um levantamento sobre o aluguel de aeronaves de táxi aéreo por parte do governador do Piauí. Para o senador, tanto o aluguel de carros quanto o de aviões têm sido abusivos.

Sindicato: como funciona e qual sua importância



Manifestação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em frente ao Congresso Nacional: entidade reúne sindicatos de várias categorias

A baixa adesão dos trabalhadores a associações de classe foi um dos destaques da mais recente pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT/ Sensus) – 82,5% dos brasileiros dizem não ter vínculo com essas entidades. O número aponta para uma descrença da população num setor criado para fortalecer as categorias profissionais e atuar em sua defesa. Este *Especial Cidadania* mostra o papel dos sindicatos, seu modo de funcionamento, os benefícios que os associados podem obter e a importância de ser filiado a uma dessas entidades.

Leis garantem criação e proíbem intervenção estatal

A criação de sindicatos é garantida pela Constituição de 1988. Não é exigida autorização do Estado para a fundação de um sindicato e não é permitida interferência ou intervenção na organização sindical. Os requisitos são o registro da entidade no órgão competente e a vedação à criação de mais de um sindicato representativo de categoria profissional ou econômica em área que não pode ser menor que a de um município, definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados.

O sindicato deve defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas. A contribuição é fixada pela assembleia geral e, no caso de categoria profissional, o subsídio é descontado em folha. Por outro lado, a lei deixa claro que ninguém é obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.

Uma demonstração da representatividade dos sindicatos é a participação obrigatória dessas entidades nas negociações coletivas de trabalho. Mas o que mostra a força e, princi-

palmente, a autonomia dessas associações é a proibição de demitir empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical. Se eleito, ainda que suplente, o empregado também não pode ser dispensado até um ano após o final do

mandato, a não ser que cometa falta grave. A Constituição garante essas mesmas regras para sindicatos rurais e de colônias de pescadores.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) também prevê a participação e a organização dos trabalhadores em sindicatos.

Prerrogativas dos sindicatos

- Representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias, os interesses gerais da categoria ou profissão liberal ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;
- Celebrar contratos coletivos de trabalho;
- Eleger ou designar representantes;
- Colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e na solução dos problemas que se relacionam com a categoria representada;
- Determinar contribuições a serem pagas pelos representados;
- Fundar e manter agências de colocação, no caso dos sindicatos de empregados.

Deveres dos sindicatos

- Colaborar com o poder público no desenvolvimento da solidariedade social;
- Manter serviços de assistência judiciária;
- Promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
- Sempre que possível, manter no seu quadro de pessoal, em convênio com entidades assistenciais ou por conta própria, um assistente social para promover a cooperação operacional na empresa e a integração profissional na classe;
- Promover a fundação de cooperativas de consumo e crédito e fundar e manter escolas de alfabetização e vocacionais, no caso de sindicatos de empregados.

Regras para formação e funcionamento de sindicatos

Para serem reconhecidas como sindicatos, as associações profissionais devem:

- reunir um terço, no mínimo, de empresas legalmente constituídas, sob a forma individual ou de sociedade, no caso de associação de empregadores; ou um terço dos que integrem a mesma categoria ou exerçam a mesma profissão, no caso de associação de empregados ou de autônomos (excepcionalmente, o ministro do Trabalho poderá reconhecer como sindicato associação com número de associados inferior);
- eleger diretoria com mandato de três anos;
- eleger brasileiro nato para o cargo de presidente e brasileiros para os demais cargos.

Os sindicatos podem ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais (casos excepcionais, autorizados pelo ministro do Trabalho).

São condições para o funcionamento do sindicato:

- proibição de qualquer propaganda de doutrinas incompatíveis com as insti-

tuições e os interesses nacionais e de candidaturas a cargos eletivos estranhos ao sindicato;

- proibição de exercício de cargo eletivo cumulativo com o de emprego remunerado pelo sindicato ou por entidade sindical de grau superior;
- gratuidade do exercício dos cargos eletivos;
- proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

O associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais que se afastar do seu trabalho para exercer mandato não pode receber gratificação excedente à remuneração profissional.

São condições para votar e ser candidato a cargo de administração ou representação:

- ter mais de seis meses de inscrição no quadro social da instituição e mais de dois anos de exercício da atividade ou da profissão;
- ser maior de 18 anos;
- estar no gozo dos direitos sindicais.

Entidades podem ser mais representativas

O senador Paulo Paim (PT-RS), que foi o primeiro secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e cuja carreira política foi construída a partir do movimento sindical, acredita que, para terem mais filiados, os sindicatos devem defender interesses específicos, mantendo uma relação mais direta com os trabalhadores.

– Só divulgar o nome do sindicato é pouco e acaba afastando o cidadão comum. É preciso um diálogo maior para que as pessoas saibam o que a entidade defende. É a única forma de diminuir a distância entre a população e as associações.

Paim avalia que os sindicatos e associações de moradores são hoje as entidades que mais reúnem pessoas, mas em percentual ainda muito pequeno – 5,7%

e 5,9%, respectivamente. Uma atenção maior às demandas do dia a dia do cidadão poderia tornar essas entidades mais representativas.

Visão semelhante tem o presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), Magno Mello, para quem os sindicatos colaboram com o desinteresse da população.

– O movimento sindical de um modo geral se fixa muito mais na visibilidade do que nos resultados práticos para a categoria. Vale muito mais aparecer do que resolver os problemas e essa posição leva a uma descrença entre as pessoas – afirma ele.

Outro fator que desestimula o interesse do cidadão, na opinião de Magno, são as notícias disse-

minadas pelos empregadores para desestimular a filiação de seus empregados, o que deveria ser reprimido pelo Ministério Público do Trabalho. O diretor do Sindilegis também lamenta que muitas categorias sejam desvalorizadas e mal pagas, levando as organizações que lutam por seus direitos a viverem a mesma situação de precariedade.

Para ele, a importância de um sindicato forte, que atende, reivindica e produz resultados para a categoria que representa, é inegável para a valorização profissional.

– O sindicato não pode fazer mais do que a lei determina, mas deve fazer tudo que é possível para favorecer a categoria representada. É preciso criar uma cultura desse papel do sindicato – defende Magno.

Projetos de lei

PLS 214/08, do senador Paulo Paim (PT-RS) – Garante a participação dos sindicatos de trabalhadores na comissão paritária do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário. A proposta aguarda análise nas comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Sociais (CAS).

PLS 590/07, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) – Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de veículos automotores por associações, sindicatos e federações representativas de trabalhadores ou de categoria econômica. A proposta aguarda decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Saiba mais

Ministério Público do Trabalho

SAS, quadra 4, bloco L, Brasília (DF), CEP 70070-922
(61) 3314-8500 – www.pgt.mpt.gov.br

Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios, bloco F, Brasília (DF), CEP 70059-900
(61) 3317-6000 – www.mte.gov.br